



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PARAÍBA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIREÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
COORDENAÇÃO DE CURSO DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
CAMPUS SOUSA**

SIMARY MUNIZ DE OLIVEIRA

**AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO EJA: UMA REFLEXÃO SOBRE
FERRAMENTAS NO ENSINO BRASILEIRO**

**SOUSA
2017**

SIMARY MUNIZ DE OLIVEIRA

**AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO EJA: UMA REFLEXÃO SOBRE
FERRAMENTAS NO ENSINO BRASILEIRO**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC como requisito para aprovação e conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Sousa.

Orientadora: Prof.^a Ms. Giulyanne Maria Silva Souto

Coorientadora: Prof. Me. Saskia Lavyne Barbosa da Silva

2017
SIMARY MUNIZ DE OLIVEIRA

**AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO EJA: UMA REFLEXÃO SOBRE
FERRAMENTAS NO ENSINO BRASILEIRO**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC como requisito para aprovação e conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Sousa.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Me. Giulyanne Maria Silva Souto
IFPB

Prof. Me. Saskia Lavyne Barbosa da Silva
IFPB – CAMPUS CAMPINA GRANDE

Prof. Esp. Valmiza da Costa Rodrigues Durand
IFPB – CAMPUS SOUSA

“Aprendi que vai demorar muito para me transformar na pessoa que quero ser, e devo ter paciência. Mas, aprendi também, que posso ir além dos limites que eu próprio coloquei”.

Charles Chaplin

AGRADECIMENTOS

A Deus, por guiar o meu caminho e me dar forças para permanecer firme diante de todas as dificuldades enfrentadas, e acima de tudo pela fé e esperança plantadas em meu coração para a concretização desse sonho.

Na construção deste trabalho, quero agradecer e expressar a minha gratidão, pois esta conquista termina com a contribuição de cada uma delas:

Aos meus pais fonte de sabedoria, amor, humildade, generosidade e honestidade. Por sempre acreditarem em mim cada minuto de confiança, de entusiasmo e dedicação por me acompanharem em todos os momentos difíceis de minha vida, me dando força, incentivo e, principalmente a missão de acreditar, e fazer acontecer cada plano trilhado.

Ao meu filho, por estar sempre presente em todos os momentos, compartilhando os sucessos que me são proporcionados. Obrigada por me apresentar a simplicidade da vida. A você todo meu amor.

A meu esposo pelo carinho, pela presença constante no desenvolvimento deste trabalho, unindo forças comigo para superar as dificuldades e festejar as alegrias, sempre depositando em mim palavras de incentivo e apoio incondicional, fazendo-me crer que eu seria capaz de vencer mais esse desafio.

Aos meus amigos, que estiveram comigo neste curso, me proporcionando um grande aprendizado de vida, por todos os momentos e estudos compartilhados, na certeza de que mostramos a todos que seríamos capazes de vencer nossos obstáculos.

Ao corpo docente do Curso de Educação Física do IFPB, pelo acolhimento e ensinamentos transmitidos.

Meus agradecimentos a minha Orientadora Professora Ms. Giulyanne Maria Silva Souto, pela aceitação e por permitir discutir um tema relevante ao meu futuro profissional e que diante das circunstâncias fez o possível para me ajudar, pela sua valorosa contribuição, valorização, disponibilidade, compreensão e, principalmente respeito as minhas dificuldades e limitações. Sua orientação competente, seu estímulo e testemunho de seriedade constante, me permitiram finalizar esse estudo.

Enfim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desse trabalho.

Muito obrigada!

RESUMO

O presente trabalho monográfico tem como objetivo analisar a aplicação da Educação Física Escolar na EJA com base na legislação brasileira inerente a esta modalidade de ensino. Conforme dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 9394/96), a Educação de Jovens e Adultos (EJA) busca atender à camada da população que não teve acesso à educação durante a infância e adolescência. É concebida como uma modalidade do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, a qual garante, aos jovens e adultos precariamente escolarizados, educação que vai além da alfabetização e das séries iniciais do Ensino Fundamental. O estudo procurou retratar um novo entendimento sobre a prática de ensino da Educação Física na EJA, que mais do que qualquer atitude, busca sanar as dificuldades que se constitui a partir das demandas educativas, das concepções de ensino e aprendizagem e das atividades propostas. A conjuntura apreendida foi avaliada em seus aspectos teóricos com identificação dos fatores que dificultam o trabalho docente, a fim de saná-las para melhorar o desempenho dos alunos no processo de ensino aprendizagem. Esse estudo caracteriza-se, como uma pesquisa bibliográfica, qual propiciou descrever e analisar as práticas pedagógicas a luz da legislação educacional brasileira. A interferência na atuação dos profissionais de Educação Física no cenário da EJA, mediante a necessidade de vivenciar um processo educativo mais eficaz, com o intento de não correr o risco de apenas transmitir o conhecimento ao aluno, mas, especialmente observar as mudanças qualitativas na construção de sua aprendizagem, criando possibilidades de ações transformadoras para um ensino promissor.

Palavras-chave: Educação Física. EJA. Ensino. Aprendizagem.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the application of School Physical Education in the EJA based on the Brazilian legislation inherent in this type of teaching. According to the Law on Guidelines and Bases of National Education (LDBN 9394/96), Youth and Adult Education (EJA) seeks to serve the population that did not have access to education during childhood and adolescence. It is conceived as a modality of Elementary and Secondary Education, which guarantees, to the precariously educated youngsters and adults, education that goes beyond literacy and the initial grades of Elementary School. The study sought to portray a new understanding on the practice of teaching Physical Education in the EJA, which seeks more than any attitude to remedy the difficulties that arise from educational demands, teaching and learning conceptions and proposed activities. The seized context was evaluated in its theoretical aspects with identification of the factors that hinder the teaching work, in order to remedy them to improve the performance of students in the process of teaching learning. This study is characterized, as a bibliographical research, which allowed to describe and analyze the pedagogical practices in light of the Brazilian educational legislation. The interference in the performance of physical education professionals in the EJA scenario, through the need to experience a more effective educational process, with the intention of not running the risk of transmitting knowledge to the student, but especially observe the qualitative changes in the construction Of their learning, creating possibilities of transformative actions for a promising teaching.

Keywords: Physical Education. EJA. Teaching. Learning.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 METODOLOGIA.....	9
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
3.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	11
3.2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS FACE AS NOVAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.....	11
3.3 A INTERAÇÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA EJA A PARTIR DO TRABALHO COM INSTRUMENTOS LÚDICOS: uma forma de dinamizar as aprendizagens nesse âmbito.....	11
3.4 A SISTEMATIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EJA NUMA PERSPECTIVA PEDAGÓGICA.....	11
4 A LEI DE DIRETRIZES E BASES – OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – OBJETIVOS GERAIS DOS PCNS E ORIENTAÇÕES PARA O ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	13
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	36

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 9394/96), a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem como objetivo atender à camada da população que não teve acesso à educação durante a infância e adolescência. É concebida como uma modalidade do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, a qual garante, aos jovens e adultos precariamente escolarizados, educação que vai além da alfabetização e das séries iniciais do Ensino Fundamental.

Nessa perspectiva, a Educação de Jovens e Adultos, como modalidade integrante do sistema regular de ensino, proporciona a educação fundamental e deve ser intensificada em todos os aspectos, envolvendo os elementos estruturais segmentados pelos diretores e pela comunidade (BRASIL, 1996).

O debate acerca da Educação Física na EJA, ocorre com práticas tangíveis de acordo com sua cultura em consonância com a educação física escolar. Vale ressaltar que a mesma formada a partir das vivências culturais de cada povo, sendo assim, de suma importância sua inclusão, na perspectiva do ensino, como:

[...] um dos eixos norteadores das ações educativas para jovens e adultos, possibilidades que resgatem as memórias que foram ancoradas a partir das vivências das diferentes práticas da cultura corporal. Isto representa valorizar e respeitar a história pessoal do aluno e, sobre esta, reconstruir e continuar construindo os significados do movimento e da cultura corporal (LDB, 1996, p. 226).

A inserção da Educação Física na educação de jovens e adultos representa a possibilidade de acesso, a cultura corporal de movimento, uma vez que se entende nessa conjuntura, ser um direito do cidadão, na construção e usufruto de elementos plausíveis para promoção da saúde, e de expressão de afetos e sentimentos, em vários âmbitos de convivência social e educacional. A apropriação da cultura corporal através da Educação Física na escola, deve configurar um instrumento de integração social, da prática da cidadania e da melhoria da qualidade de vida.

A Educação Física escolar é parte do componente curricular e enfrenta dificuldades simultâneas às demais disciplinas do currículo, com a insatisfação de professores cada vez mais crescente, por serem desmotivados em sua prática pedagógica, refletindo diretamente na qualidade de sua docência profissional no âmbito escolar, motivo de discussões e

repercussões que buscam a solução dessa importante conjuntura. Os estudos concernentes à área da Educação Física mostram que o principal motivo da não participação nas aulas é a desmotivação da educação no Brasil. As dificuldades apresentadas, no cenário educacional, segundo Tokuyochi (et al., 2008), destacam-se a falta de recursos didáticos, de infraestrutura, o desinteresse por parte dos alunos, a avaliação, indisciplina e as estratégias metodológicas.

Diante do exposto acima, este trabalho apresenta como problema de pesquisa: Como a legislação que assiste à Educação de Jovens e Adultos no Brasil é aplicada na Educação Física escolar?

Assim, este trabalho monográfico tem como objetivo principal: analisar a aplicação da Educação Física Escolar na EJA com base na legislação brasileira inerente a esta modalidade de ensino. Para tanto, foram estabelecidos com os seguintes objetivos específicos: apresentar a Educação Física Escolar mediante um recorte histórico, destacando o ensino desta disciplina, a luz das características e necessidades dos alunos integrantes da EJA; ampliar a compreensão sobre o processo de aprendizagem dos alunos jovens e adultos, considerando suas peculiaridades, proporcionando uma maior interação nesse contexto e, reconhecer, a partir da literatura, a realidade enfrentada pelos profissionais de Educação Física na aplicabilidade de suas aulas na EJA.

É fundamental “conhecer as limitações e possibilidades que caracterizam o contexto do ensino-aprendizagem da disciplina de Educação Física na escola, de modo que seja possível construir e implementar uma intervenção significativa e de qualidade, a partir da realidade do professor” (GASPARI, 2006, p. 112). Assim, a prática docente nas aulas de Educação Física nas Instituições de ensino público permeou o desenvolvimento deste trabalho, em sintonia com a necessidade de discutir as dificuldades escolares que tem esse profissional, na busca incessante por ações concretas que proporcionem uma aprendizagem significativa, na perspectiva da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos. Além disso, evidencia-se que este estudo servirá como base para futuros profissionais da Educação Física e docentes em geral tanto atuarem como realizar novas pesquisas sobre a temática.

2 METODOLOGIA

Para a realização desse estudo utilizou-se a pesquisa bibliográfica, uma vez que esta, nos permite um contato direto com os autores que falam sobre essa temática e que nos ajudam a uma melhor compreensão do assunto aqui abordado. A pesquisa bibliográfica, conforme Martins (p.28): “trata-se, portanto, de um estudo para conhecer as contribuições científicas sobre o tema, tendo como objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas existentes sobre o fenômeno pesquisado.”

Acredita-se que o estudo de revisão, pelas inúmeras possibilidades que oferece nos conduzirá ao alcance de uma resposta ou produto ao nosso problema de pesquisa, uma vez que propiciou descrever e analisar as práticas pedagógicas a luz da legislação educacional brasileira, bem como a interferência na atuação dos profissionais de Educação Física no cenário da EJA e como resultado espera-se apontar possibilidades de ações transformadoras para um ensino promissor.

Para que se pudesse concretizar à realização das ações propostas nesse estudo, se fez necessário realizar a leitura de leis e demais fontes de informações que oferecessem teorias suficientes para uma compreensão mais abrangente. A escrituração deste trabalho se alicerçou em artigos, teses e dissertações de vários autores pesquisados em meio eletrônico para a obtenção de dados como Scielo (Scientific Electronic Library Online) e Google Acadêmico. Foram dados créditos aos autores, segundo aquilo que os mesmos expressaram em seus estudos, utilizando-se das ideias e informações na conformação deste trabalho, o qual foi estruturado, segundo a normatização vigente para trabalhos acadêmicos.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

A atividade física sempre fez parte da vida, atuando indiretamente sobre nossas atividades diárias. Desde a antiguidade, o ser humano necessitava do movimento e ação física, atreladas pela força, resistência e velocidade, ações essas que garantiam sua sobrevivência.

Os povos nômades realizavam extensas caminhadas em busca de alimentos e, durante estes percursos corriam, saltavam, lutavam e nadavam. O homem realizava diversas atividades concernentes a sua subsistência, preparava-se fisicamente para conquistar o necessário. Foi mediante esses treinos, o homem adquiriu naturalmente as técnicas precisas para a caça e a pesca, e ainda aprimorando atividades como: nadar, construir, lutar, defender-se, entre outras ações pertinentes as relações mútuas entre a natureza e os demais seres de sua espécie.

Por se fixar em determinados lugares, o homem passou a dominar novas técnicas, mesmo que rudimentares de agricultura e adestramento de animais. Para Oliveira (p.18), as ações do homem faziam com que aperfeiçoassem suas habilidades físicas no tocante ao desenvolvimento dos aspectos inerentes, bem como a construção de ferramentas que propiciassem uma melhoria significativa para assegurar sua sobrevivência.

As antigas civilizações praticavam a atividade física com o intento maior designar suas teorias, assim como também era destinada ao uso terapêutico, esportivas, educacionais, religiosas ou ainda para, o preparo físico para atuar nos campos de guerra.

Historicamente, como ressalta Gonçalves (2002), a Educação Física apresentou diferentes funções e atribui significados variados a sua concepção, prevalecendo sua utilização como ferramenta do poder para difusão do pensamento dominante, sob a conservação vigente do contexto vivenciado.

No cenário brasileiro, segundo Castelani Filho (1988), a Educação Física concebeu seus primeiros estímulos por meio da ginástica (movimentos coordenados, ritmados e coreografados do corpo), advinda da França, durante o século XVIII.

Nesse âmbito, Moraes e Toledo (2009, p. 2071) afirmam que:

[...] a Educação Física sofreu e sofre influência da ginástica alemã, francesa e sueca, com influência positivista; do militarismo, com a imposição por

autoritarismo e promoção de corpos viris e do desportismo, na defesa e honra a pátria amada.

No Brasil, a Educação Física data o ano de sua descoberta, isto é, em 1500, a partir do relato de Pero Vaz de Caminha, que em um dos seus escritos conta sobre o povo indígena dançando, saltando, girando e se alegrando ao som de uma gaita tocada por um imigrante português. Este marco configurou a primeira aula de ginástica e recreação explanado em terras brasileiras (CASTELANI FILHO, 1988). Segundo o autor, a história primitiva concebe o conhecimento de que as atividades físicas desenvolvidas pelos indígenas no período colonial no Brasil, se relacionava às questões da cultura ancestral. Assim, suas características apresentavam elementos de cunho natural (como brincadeiras, caça, pesca, nado e locomoção), utilitário (como o aprimoramento das atividades de caça, agrícolas, etc.), guerreiras (proteção de suas terras); recreativo e religioso (como as danças, agradecimentos aos deuses, festas, encenações, etc.).

Ainda datado no período colonial brasileiro, originou-se na senzala, especialmente nos estados do Rio de Janeiro e na Bahia, a capoeira, atividade ríspida, criativa e rítmica que era praticada pelos escravos (RAMOS, 1982). No contexto brasileiro, ressalta-se que no período colonial, as atividades físicas realizadas pelos indígenas e escravos, representaram os primeiros elementos da Educação Física no Brasil.

No Brasil, a Educação Física foi marcada por tendências, perpassando por várias mutações ao longo do tempo. Entre os anos de 1889 a 1930, conforme apresenta Gonçalves (*et al.*, 2002), ocorreram as primeiras denominações da Educação Física, sendo esta chamada de Higienista, na qual embasava-se na valorização de homens de porte físico robustos, saudáveis, fortes, dotados de princípios éticos e intelectuais para o progresso brasileiro. Em consonância, Castelani Filho (1988, p 39), afirma que a Educação Física no Brasil, desde o século XIX, foi entendida como um “[...] elemento de extrema importância para o forjar daquele indivíduo “forte”, “saudável”, indispensável à implementação do processo de desenvolvimento do país [...]”.

Ainda com base no marco histórico da Educação Física, Castelani Filho (*et al.*, 2009), afirma que no fim do século XVIII e início do século XIX, as atividades físicas eram concebidas como “receitas” e “remédio”. Nesse aspecto, os doutores higienistas ganharam importantes renomes, ou seja, o exercício físico deveria ser utilizado para aquisição e manutenção da higiene física e moral do sujeito. No cenário escolar, as aulas de Educação Física eram ministradas por instrutores físicos do exército com respaldo, simplesmente, para o exercício prático.

A formação profissional dos primeiros educadores de Educação Física, no Brasil, foi ministrada por militares, vinculada a determinantes para a construção do currículo da disciplina e suas finalidades, atentando-se para o seu campo de atuação, bem como a forma como deveria ser ensinada.

Posteriormente, no ano de 1945, surgiu à tendência Pedagogicista, essa ideologia tratou a Educação Física como atividade educativa, isto é, disciplina pertencente aos currículos escolares. Esta concepção concebeu a sociedade a compreensão evidente de que a Educação Física, não dispõe apenas de exercícios voltados a disciplinar ou tão meramente relacionada à promoção da saúde, mas sim como teoria pedagógica com o objetivo de fazer educação a partir dos pressupostos elencados para a disciplina escolar. (Vieira,2007).

Outra importante tendência suscitada no âmbito educacional foi a chamada Educação Física Competitivista cujo advento se deu após o ano de 1964, a qual compelia os sujeitos “a competição e pela superação individual”, para assim formar “a massificação do desporto visando futuros campeões olímpicos” (GONÇALVES et al, 2002, p. 4 *apud* SOMARIVA et al, 2013.)

Sucessiva à Segunda Guerra Mundial, o esporte na escola se desenvolveu demasiadamente. A escola, compreendida como uma unidade perpetuada por inúmeros fatores reflexivos, desencadeou as concepções que caracterizaram seu contexto. Para Gonçalves (*et al.*, 2002), no ambiente escolar, a figura do educador físico era vista como um sujeito limitado, cuja função era treinar os estudantes. Esse professor era contratado meramente para exercer esse papel, sem nenhuma conjuntura pedagógica, ou seja, seu trabalho correspondia exclusivamente para desempenho esportivo, não havia preocupação com as questões educacionais, apenas os aspectos técnicos eram atribuídos as aulas de cunho preparativo para a defesa da nação, ou seja, o propósito era preparar os indivíduos fisicamente para o combate.

Em meados da década de 80, esse paradigma começou a mudar. A disciplina de Educação Física foi amplamente discutida no âmbito escolar, ganhando notórias repercussões, suscitando conceitos divergentes do que até agora nos reportamos, com vistas no fim do modelo mecanicista (GONÇALVES et al, 2002).

Na era contemporânea, suscitaram diversas definições resultantes dos movimentos realizados acerca dessa premissa, os quais ocorreram nas décadas de 60 e 70, decorrente da insatisfação dos professores mediante a forma como era atribuída a disciplina de Educação

Física. Assim, com aporte em diferentes teses de ordem psicológica, sociológica e concepções filosóficas, destacaram-se as lutas pela igualdade do currículo face às demais disciplinas escolares, ou seja, busca-se uma “Educação Física articulada nas múltiplas dimensões do ser humano” (BRASIL, 1997).

Contudo, o modelo esportivista, também chamado de mecanicista, tradicional e tecnicista. Deu-se início, a partir desta concepção a diversas críticas, principalmente na década de 1980. No entanto, o paradigma esportivista ainda se faz presente na sociedade e na escola atual. No decorrer de sua história, a Educação Física priorizou os conteúdos gímnicos e esportivos, numa dimensão quase exclusivamente procedimental, o saber fazer e não o saber sobre a cultura corporal ou como se deve ser.

Durante a década de 1980, a resistência à concepção biológica da Educação Física, foi criticada em relação ao predomínio dos conteúdos esportivos. Atualmente, coexistem na Educação física, diversas concepções, modelos, tendências ou abordagens, que pretendem cessar romper com o modelo mecanicista, esportivista e tradicional que remotamente foi imbuído aos esportes. Dentre as divergências acerca das concepções pedagógicas expostas, destacam-se: a psicomotricidade; desenvolvimentista; saúde renovada; críticas; e mais recente, a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). (BRASIL, 1997, p. 12)

Posteriormente, a disciplina foi amparada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), como também pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), os quais promulgam que a Educação Física tem o mesmo valor outorgado aos demais componentes curriculares da educação básica.

Assim, o artigo 26 da LDB 94/96, em seu terceiro parágrafo estabelece que a Educação Física integrada com a proposta pedagógica da escola é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se as faixas etárias e as necessidades da população escolar, sendo sua prática facultativa nos cursos noturnos (BRASIL, 1996).

Os PCNs concebem a Educação Física como componente curricular responsável por introduzir o indivíduo no universo da cultura corporal, que contempla múltiplos conhecimentos, produzidos e usufruídos pela sociedade, a respeito do corpo e do movimento (BRASIL, 1997, p. 15).

Nesse sentido, fica claro que a disciplina ainda é tomada como irrelevante, por ser atribuído seu caráter facultativo. Devido ao seu contexto histórico, com utilizações impróprias e objetivos diversos e, com formações profissionais de qualidade inferior, a Educação Física tende a declinar, mesmo diante de um contexto moderno, de grandes e notórias

transformações, uma vez que a obrigatoriedade de curso abre lacunas que desvaloriza a sua execução.

Vivenciamos atualmente incessantes buscas concernentes à melhoria da qualidade da educação brasileira, por isso que a Educação Física requer o reconhecimento de sua identidade e sua legitimidade (SOMARIVA et al., 2013). Portanto, o fator que denota a sua inferioridade, segundo as discussões suscitadas, recai sobre a disciplina por ter seus conceitos construídos com base na alienação das instituições que a adotaram, sem considerar as questões sociais, históricas e culturais, nas quais foram concebidas.

Ademais, os aspectos históricos conduziram a situação atual, caracterizando na desvalorização da Educação Física, que no ambiente escolar é colocada, conforme os trâmites legais que conferem o direito ao alunado de participar das aulas em horários convenientes, mesmo estando inserida no horário habitual, e que também sede espaço para outras disciplinas mediante as necessidades específicas apresentadas nesse cenário. O contexto, é necessário compreender como ocorre o conhecimento nessa área, quais fatores interferem no ensino e aprendizagem, seus diferentes estágios e teorias que podem transformar o trabalho do professor nesse processo educativo, e assim ele percorrerá o caminho prática-teoria-prática.

É preciso olhar a Educação Física sob um novo ângulo, destacando sua importância para a construção dos conhecimentos, tanto físicos, quanto cognitivos. Considerando-a parte integrante do currículo, sem o caráter da inabilidade, na qual foi resignada historicamente (SOMARIVA et al, 2013). Desse modo, pode-se dar, em sincronia com as outras áreas do conhecimento, a devida importância dessa disciplina no meio escolar, uma vez que sua prática é fundamental à formação humana.

A partir de 1987, com a promulgação do parecer CFE n. 215/87 e da resolução CFE n. 03/87, foi determinada a criação do bacharelado em Educação Física. Nessa asserção, os conhecimentos previamente divididos entre as matérias básicas e profissionalizantes, situadas no interior dos núcleos de fundamentação biológica, gímnico-desportivo e pedagógica, incubem-se a uma nova configuração, com base no fundamento da distribuição dos saberes na estrutura curricular mediante duas grandes áreas: Formação Geral - humanística e técnica - e Aprofundamento de Conhecimentos.(Lei 9.394/96, 20 dez. 1996).

Com esse novo modelo, foi estabelecido aos currículos a flexibilidade pleiteada no percurso vigente da resolução CFE n. 69/69 (currículo mínimo), e transferir a responsabilidade do CFE para as Instituições de Ensino Superior (IES), na elaboração da formação curricular. Ademais, essa resolução ainda modificou a carga horária do curso que passou das 1.800 horas-aula para 2.880 horas-aula, as quais deveriam ser cumpridas no prazo

mínimo de quatro anos, tanto para o bacharelado quanto para a licenciatura, gerando, com isso, uma nova referência para o arranjo profissional.

O professor de Educação Física enfrenta muitas dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, principalmente no ensino público, pela falta de recursos e infraestrutura adequada para realização das aulas práticas. Dificuldades que suscita a desmotivação desse profissional.

No tocante aos recursos necessários a prática escolar nas aulas de Educação Física, Bracht (p. 39), ressalta que “[...] a existência de materiais, equipamentos e instalações adequadas é importante e necessária para as aulas de Educação Física, sua ausência ou insuficiência podem comprometer o alcance do trabalho pedagógico”. Os materiais, como salienta o autor, é o subsídio que conduzem a prática pedagógica nesse âmbito, já que o conhecimento e a vivência prática são construídos a partir do manuseio destes recursos. A falta de materiais próprios ao exercício da Educação Física, e ainda em quantidades inferiores a necessidade de cada entidade acarreta na redução do aproveitamento das aulas e, conseqüentemente, desestimula a sua prática, sendo este fator, um dos principais na avaliação das dificuldades que perpassa o professor dessa disciplina.

Concernente ao espaço físico adequado para o bom desenvolvimento das aulas, Silva e Damázio (2008) afirmam que a “ausência ou precariedade do espaço físico nas escolas para as aulas de Educação Física, podem ser observadas sob dois aspectos: o da não valorização social desta disciplina (desvalorização de sua importância no desenvolvimento integral do educando) e o descaso das autoridades para com a educação destinada às camadas populares (SILVA; DAMÁZIO, 2008 *apud* SOMARIVA et al., 2013, p. 6).

Portanto, relevamos a importância e a necessidade do espaço apropriado para a realização das atividades relativas à disciplina, em consonância com os materiais adequados e em quantidades viáveis, tanto para as aulas práticas quanto para as teóricas, pois assim, favorecem ao professor condições dignas de trabalho, levando a qualidade do ensino tão almejada aos alunos, no processo de efetivação da aprendizagem. A carência dessas premissas pode vir a ser um fator determinante para a desvalorização do ensino de Educação Física, comprometendo dessa forma, o desempenho dos educandos que necessitam também dos conhecimentos pertinentes a essa área.

Outro aspecto relevante a essa conjuntura diz respeito à questão financeira em todos os âmbitos e áreas da educação, isto é, salários baixos, fazendo o educador exercer sua função sobrecarregando suas atividades com horários a mais, em outra instituição para complementar sua renda, ou ainda executa outro tipo de ocupação. O acúmulo de atividades interfere

diretamente na prática pedagógica de todo e qualquer professor, fazendo com que este profissional não obtenha tempo suficiente para planejar suas aulas como gostaria ou deveria ser. Esse é um fator que incide pesadamente sobre a precarização do trabalho dos professores, pois a pauperização profissional significa pauperização da vida pessoal nas suas relações entre vida e trabalho, sobretudo no que tange ao acesso a bens culturais (SAMPAIO; MARIN, 2004, p. 1210).

A falta de interesse e desrespeito dos alunos também é um forte índice que dificulta a prática docente em Educação Física. A indisciplina escolar gera turbulências entre o professor e o aluno, além de prejudicar o ensino/aprendizagem. Esse fator é de responsabilidade da família em consonância com a escola que também tem papel fundamental na boa formação do cidadão, pois permite ao educando uma participação democrática ativa, o que propõe um desenvolvimento ético e moral. Contudo, essa atribuição, na maioria das vezes, recai apenas para o professor, que além de desenvolver a tomada de consciência e capacidade de escolhas, gerencia os conflitos escolares através do diálogo e respeito mútuo. A escola, junto com a família, também tem o papel de filtrar o que é útil e que é inútil para a vida desses futuros cidadãos Giancaterino (p. 34).

Vale ainda salientar, nesse contexto, a falta de apoio do poder público com a educação. É necessário direcionar um olhar mais atento a respeito da qualidade do ensino no Brasil, visando à efetiva atuação docente, com a devida motivação, e os benefícios concernentes a todos os envolvidos neste processo. O profissional realizado sempre procura melhorar e aperfeiçoar sua prática, isso pressupõe a formação de outros profissionais que queiram adentrar na Educação Física, e para a melhoria do cenário educacional em que se encontra nosso país atualmente.

3.2 A LEI DE DIRETRIZES E BASES – OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – OBJETIVOS GERAIS DOS PCNS E ORIENTAÇÕES PARA O ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Com a Constituição de 1988, o Brasil passou a ter a visão da Educação como um direito de todos, assim ela deveria ser universal, gratuita, democrática, comunitária, de elevado padrão de qualidade e transformadora da realidade.

Na década de 90, o Ministério da Educação e do Desporto coordenou a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), e de acordo com o que estabelece a Constituição de 1988, afirma a necessidade e a obrigação de o Estado elaborar parâmetros

claros no campo curricular, capazes de orientar as ações educativas do ensino obrigatório, de forma a adequá-lo aos ideais democráticos e à busca da melhoria da qualidade do ensino nas escolas brasileiras (PCNs, 1997).

Com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, esta vem consolidar e ampliar o dever do poder público para com a educação em geral e em particular para com o Ensino Fundamental. Conforme o disposto na Constituição de 1988, em seu art. 22, a Educação Básica deve garantir a todos a “formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Segundo o documento regido em 2006, nota-se um avanço na concepção de educação que pode ser percebido no seguinte trecho:

Estas Diretrizes são destinadas aos educandos jovens, adultos e idosos, como sujeitos de conhecimento e aprendizagem, de sua história e condição socioeconômica, sua posição nas relações de poder, sua diversidade étnico-racial, territorial, geracional e cultural, dentre outras. (MEC/SEF, 1997 p.16)

Ao se referir aos alunos da Educação de Jovens e Adultos nessa modalidade de ensino, reconhecemos como sujeitos norteadores de sua própria história e sequentemente da história do nosso país, sugere uma concepção de ensino voltado a princípios mais críticos no sentido de conhecer os saberes produzidos cientificamente.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais na área de Educação Física escolar trazem como contribuição para uma reflexão e discussão da prática pedagógica, três aspectos base de suma importância: o princípio da inclusão, o da diversidade e as categorias de conteúdos.

Dentro da realidade do ensino na educação de jovens e adultos, pode-se perceber a necessidade de se analisar no princípio da inclusão a todo o momento da prática pedagógica e na vivência diária em sala de aula.

Considerando que a Educação Física se pautou pela seleção dos alunos “hábeis” e a segregação daqueles não muito habilidosos, é preciso que se permita olhar para a cultura corporal de maneira ampla, além das atividades esportivas ou de relaxamento, por exemplo.

Com isso pode favorecer a criação de novos espaços para valorizar e refletir sobre a prática dentro do universo do movimento. Pelo o qual existir alunos que nunca participaram

diretamente de atividades de movimento mais sistematizadas e organizadas como jogos, práticas esportivas, lutas, ginástica e atividades rítmicas e expressivas, o desempenho e a eficiência não devem ser considerados pontos altamente valorizados.

A diversidade precisa estar presente nos caminhos que se buscam para a aprendizagem significativa de cada aluno, entendida como a aproximação entre os alunos e o conhecimento construído pela cultura corporal ao longo dos tempos. Essa escolha de objetivos e conteúdos deverá se pautar pela diversidade contida e trazida por meio das vivências dos diferentes grupos que se forma dentro da escola. O movimento ocorre a cada novo período e passa ser associado às possibilidades de relacionamento com as outras áreas do conhecimento, dentro dos projetos ou mesmo dos conteúdos segmentados e predeterminados por um planejamento repetido sistematicamente.

É necessário rever com agilidade os diversos caminhos que se estabelecem entre os alunos - sujeitos de ensino e aprendizagem e o objeto do ensino e, nesse sentido, precisar estabelecer as relações entre o que, para quem, e como se ensina a cultura corporal, na EJA. Precisamos rever que os alunos já estão inseridos numa cultura, trazendo suas vivências de outras culturas e uma organização política e social. Isso faz crer na necessidade de olhar para a Educação Física como disciplina comprometida com o desenvolvimento de sujeito crítico pensante, por meio de uma ação cultural em seus objetivos, conteúdos e procedimentos. Promover um diálogo como o principal canal para o desenvolvimento da realidade por meio da problematização das ações cotidianas do esporte, dos valores em relação a Educação Física como prática esportiva e uma renovação da saúde e ética.

Outro ponto relevante e suma importância, nesse processo, é a necessidade de se criar um canal de comunicação entre o saber do aluno e o saber proposto pela proposta pedagógica escolar. O educador tem seu papel de mediador, garantindo um espaço para que os alunos desenvolvam autonomia e criatividade dentro das suas escolhas e possam caracterizar a aprendizagem segundo suas necessidades cotidianas.

A relação de aproximação, apreensão, crítica e recriação da cultura corporal podem ocorrer num contexto mais realista e mais político pedagógico. Segundo Freire (2008), não existe educação neutra, e os conteúdos precisam estar conectados à realidade, desenvolvidos de maneira não mecânica, sempre buscando uma reflexão, um pensar. Na Educação Física precisa-se ensinar não só o movimento, mas a realidade a que ele está inserido, no qual as aulas de educação física possa despertar um sujeito atuante que sua criatividade possa ser demonstrada no decorrer de suas habilidades do movimento tornando-se um momento que o aluno passa não ser mais um sujeito neutro em suas habilidades e sim ágil, prático dinâmico e

esportivo e que essas habilidades possa fazer com que ele venha ser um sujeito que vai contribuir para uma renovação da sociedade da qual faz parte. E esse despertar vem das propostas planejadas pelo professor de educação física que passa ter um papel de contribuir para a elevação deste aluno diante da sociedade dos dias atuais.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA (CNE, 2000), no que se refere à orientação curricular, encaminham às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Fundamental. Portanto, as orientações compreendem:

1. As escolas deverão estabelecer como princípios norteadores de sua ação pedagógica:
 - a) Princípios éticos: autonomia, responsabilidade, solidariedade; respeito ao bem comum;
 - b) Princípios políticos: direitos e deveres da cidadania; criticidade; respeito à ordem democrática;
 - c) Princípios estéticos: sensibilidade, criatividade; diversidade de manifestações artísticas e culturais.
2. Ao definir a proposta político-pedagógica, as escolas deverão explicitar o reconhecimento da identidade pessoal dos alunos, dos professores e outros profissionais e da sua própria identidade – unida – de escolar – e dos respectivos sistemas em que estiver inserida.
3. Ao elaborar a proposta político-pedagógica, as escolas deverão partir do pressuposto de que:
 - as aprendizagens são constituídas na interação entre os processos de conhecimento, linguagem e afetivos, como consequência das relações entre as distintas identidades dos vários participantes do contexto escolarizado, por meio de ações intersubjetivas e intersubjetivas;
 - as diversas experiências dos alunos, professores e demais participantes do ambiente escolar, expressas por meio de múltiplas formas de diálogo, devem contribuir para a construção de identidades afirmativas, persistentes e capazes de protagonizar ações solidárias e autônomas de constituição de conhecimentos e valores indispensáveis à vida cidadã.
4. A proposta político-pedagógica da escola deverá garantir a igualdade de acesso dos alunos a uma base nacional comum, de maneira que legitime a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional, bem como a parte diversificada. Tanto a base nacional comum como a parte diversificada deverão integrar-se em torno do paradigma curricular – Parâmetros Curriculares Nacionais – que visa estabelecer a relação entre:
 - a vida dos alunos, por meio da circulação dos seus aspectos, como a saúde, a sexualidade, a família, o meio ambiente, o trabalho, a ciência e tecnologia, a cultura e as linguagens;
 - as áreas de conhecimento de Língua Portuguesa e Língua Materna (para a população indígena), Língua Estrangeira Moderna, Matemática, Ciências, História, Geografia, Arte, Educação Física.

5. As escolas utilizarão a parte diversificada de suas propostas curriculares para enriquecer e complementar a base nacional comum, com a introdução de projetos e atividades de interesse de suas comunidades.

Assim, espera-se que professor estabeleça seu plano de trabalho, buscando integrar os objetivos dos PCNs e as orientações CNE, enquadrando-os em sua realidade e tomando como marco inicial os conhecimentos prévios de seus educandos.

3.2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS FACE AS NOVAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A educação é um processo dinâmico que deve percorrer toda a vida intelectual e profissional de um indivíduo. A sua efetivação ocorre por caminhos mais diversos, produzindo resultados também distintos. Reforçando o conceito de educação, podemos refletir acerca das proposições de Célia (2003, p.11).

A educação é uma manifestação da cultura e depende do contexto histórico e social em que está inserida. Seus fins variam, portanto, com as épocas e as sociedades. Não há grupo humano, por mais rudimentar que seja sua cultura, que não empreenda esforços, de um ou de outro tipo, para educar suas crianças e seus jovens [...] a educação, como fato social, possibilita que as aquisições culturais do grupo sejam transmitidas às novas gerações.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade específica da Educação Básica que se propõe atender a um público, que não foi possível ter o direito à educação durante a infância e, ou adolescência seja pela oferta irregular de vagas, seja pelas inadequações do sistema de ensino ou pelas condições socioeconômicas desfavoráveis.

É fundamental refletir sobre o público da EJA, suas características e especificidades, tal reflexão servirá de base para a elaboração de propostas pedagógicas específicas para atender as suas necessidades.

A EJA é uma temática que se estabelece voltada a um público específico, composto de jovens ou adultos trabalhadores ou filhos de trabalhadores com baixo nível de instrução escolar, com uma história de vida ligada a ocupações profissionais não qualificadas, urbanas ou rurais, com passagem curta e não sistemática pela escola (OLIVEIRA, 2001, p.15-16).

São homens e mulheres, trabalhadores (as), empregados (as) e desempregados (as) ou em busca do primeiro emprego, filhos, pais e mães, moradores urbanos de periferias, favelas e vilas. São sujeitos sociais e culturais, marginalizadas nas esferas socioeconômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada e aos bens culturais e sociais, comprometendo uma participação mais ativa no mundo do trabalho, da política e da cultura. Vivem no mundo urbano, industrializado, burocratizado e escolarizado, em geral trabalhando em ocupações não qualificadas. Trazem a marca da exclusão social, mas são sujeitos do tempo presente e do tempo futuro (OLIVEIRA, 2001).

Muitos nunca foram à escola ou dela tiveram que se afastar, quando crianças, em função da entrada precoce no mercado de trabalho, ou mesmo por falta de escolas. Jovens e adultos que quando retornam à escola ou fazem guiados pelo desejo de melhorar de vida ou por exigências ligadas do mundo do trabalho. “São sujeitos de direitos, trabalhadores que participam concretamente da garantia de sobrevivência do grupo familiar ao qual pertencem” BRASIL, (p.22).

Face a esse debate, o adulto ou jovem, em virtude da consciência que possui sobre o mundo que o rodeia passa a identificar em si a necessidade de educação, uma vez que lhe permita obter os conhecimentos ou habilidades que julgue necessários para a concretização de seus objetivos.

Hoje se cobra das pessoas qualificação e efetividade dos conhecimentos em determinados campo do saber e, boa parte desse conhecimento e das competências exigidas do indivíduo é decorrente da formação escolar. Essa realidade fez com que a escola passasse a ser um desejo de todos, independentemente de realidades geográficas, gênero, idade ou classe social da qual a pessoa faz parte. “Para o jovem e para o adulto a escola passou a representar a possibilidade de aquisição de conhecimentos capazes de os levarem a uma melhoria de emprego e da própria autoestima” (BRASIL, 1999, p. 42-43).

Entretanto, ainda hoje, o Brasil enfrenta problemas educacionais, como por exemplo, a exclusão social. Esse paradigma se relaciona também a educação de jovens e adultos, uma vez que esta modalidade de ensino é marcada pela descontinuidade, de políticas públicas insuficientes para garantir o cumprimento do direito à educação de qualidade, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal.

Grandes transformações econômicas do mundo contemporâneo estão exigindo sujeitos cada vez mais qualificados, a educação impõe-se e possibilita ao indivíduo desenvolver habilidades e um nível técnico e profissional mais qualificado.

Embora os investimentos em educação aconteçam, periodicamente, ainda há muito que fazer em termos de educação de jovens e adultos em nosso país. Com uma realidade repleta de injustiças e exclusões as possibilidades desses alunos estarem inseridas na escola na idade adequada muitas vezes são reduzidas. Castelani (p.42).

As causas variam desde a própria necessidade de que a criança ou adolescente auxilie com algum tipo de trabalho a aumentar renda familiar, até a desestruturação da família e a falta de condições de incentivo a continuação dos estudos (BRASIL, 2006).

“E, portanto, fundamental que uma política voltada para a EJA contemple a elevação da escolaridade com profissionalização no sentido de contribuir para a integração social desse grande contingente de cidadãos, cercados de direito de concluir a educação básica e de ter acesso a uma formação profissional de qualidade” (BRASIL, 2006).

Os educadores que trabalham com o universo complexo dos alunos jovens e adultos sentem a necessidade de buscar orientações metodológicas adequadas às necessidades educacionais enfrentadas no âmbito escolar. Na EJA, o aluno apresenta-se como sujeito do processo educativo e não objeto e pode organizar sua própria aprendizagem orientada pelo professor através de um processo interativo e atividades referentes à sua realidade. Para Oliveira (2001), o processo educativo não se caracteriza pelo recebimento por parte dos alfabetizados, de conhecimentos prontos e acabados, mas pela interação com os conhecimentos que circulam, respondendo aos desafios do mundo em que vivem, transformando realidade e fazendo cultura.

É importante que se respeite o conhecimento prévio, experiências de um novo saber possibilitando um processo permanente de aprendizagem. Por mais que o professor contribua para o processo de aprendizagem, a atuação do aluno é o foco central é dele a principal tarefa de construir novos saberes. É competência de o professor facilitar e orientar, com respeito, as atividades dos alunos. Mas para isso é preciso respeito, interesse e responsabilidade por parte do aluno que por muitas vezes sentem-se incapazes e inferiores, tanto que chegam a acreditar que seus conhecimentos prévios não são válidos para novas descobertas. Segundo Freire:

“[...] o papel do educador não é falar propriamente ao educando, sobre sua visão do mundo ou lhe impor esta visão, mas dialogar com ele sobre a sua visão e a dele. Sua tarefa não é falar, dissertar, mas problematizar a realidade concreta do educando, problematizando-se ao mesmo tempo” (FREIRE, 1996).

As reflexões sobre os conceitos da prática educativa aparecem na escola pública brasileira como uma vertente essencial para a promoção de um espaço educativo crítico, no

qual o aluno possa externar o seu modo de ver o mundo e se colocar como sujeito participante. Freire (1996) propõe que se tenha “um profundo respeito pela identidade cultural dos alfabetizando uma identidade cultural que implica respeito pela língua do outro, cor do outro, gênero do outro, classe social do outro, orientação sexual do outro, capacidade intelectual do outro; que implica na capacidade de estimular a criatividade do outro. Mas, essas coisas ocorrem em um contexto social e histórico, e não no ar puro e simples. Essas coisas ocorrem na história”.

A postura do educador exigida atualmente deve estar alicerçada em um processo contínuo de reflexão que leva a resultados inovadores no trato da educação. Sem dúvidas que, as contribuições de Paulo Freire levam o educador a consciência de si enquanto ser histórico que continuamente se educa num movimento dialético no mundo que a cerca que implica em saber dialogar e escutar que supõe o respeito pelo saber do educando.

Garantir aos alunos jovens e adultos a entrada ao mundo da aprendizagem coletiva é garantir o processo de libertação de indivíduos. É conceder a cada indivíduo a possibilidade de livrar-se do “jogo”, da submissão e poder atuar como sujeito de sua própria história. Cada sujeito passa a assumir as suas decisões e o resultado das mesmas, determinando que tipo de sociedade deseja ajudar a construir (FREIRE, 1996).

Segundo as Diretrizes Curriculares para EJA, as práticas pedagógicas relativas às especificidades da educação de jovens e adultos, em que se verifica a grande importância de acolher de forma flexível voltada ao direito de acesso e permanência. Assim, cabe salientar que de fato, incoerente seria conduzi-los com as mesmas exigências que se têm com alunos do ensino regular visto que, na maioria, são trabalhadores com horário reduzido entre a jornada de trabalho e o início das aulas. Em virtude do acolhimento e a oferta de uma educação de qualidade destes alunos, especificamente em relação à metodologia implantada nas aulas, as Diretrizes Curriculares da EJA recomendam o uso de estratégias dinamizadas, compatíveis com as singularidades dos alunos. (BRASIL Lei 9.394/96, 20 dez. 1996).

Desse modo, é viável que o processo de interação cognitiva e social que o professor estabelece com os discentes, busca a valorização da cultura que trazem e a inclusão destes alunos na sociedade como cidadãos, viabilizada por uma educação igualitária. O diálogo, o respeito ao curso dos alunos, a consideração da diversidade nesse cenário, são elementos a serem considerados para um processo metodológico proveitoso com alunos da EJA.

Portanto, a prática educativa deve ser norteada pela interação entre o professor e os alunos, deixando de ser estática e centralizada apenas no educador. Precisa ser dinâmica e problematizadora e, ainda, voltada para o sujeito aprendiz. O docente dispõe de uma

intencionalidade, ele exerce uma ação pedagógica nas suas interações com os educandos. Essa ação objetiva desenvolver as competências dos alunos, sua autonomia e reflexão.

3.3 A INTERAÇÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA EJA A PARTIR DO TRABALHO COM INSTRUMENTOS LÚDICOS: uma forma de dinamizar as aprendizagens nesse âmbito

No tempo de inovações e recursos tecnológicos atrativos disponibilizados no reduto escolar e na vivência social como um todo, está cada vez mais exaustivo se atentar sobre numerosas páginas dos livros didáticos, ou ainda ficar atentos à escuta de professores com aulas repetitivas e desinteressantes, desvinculadas aos aspectos reais da sociedade vigente, resultando no desinteresse dos alunos, comumente atestado nos dias atuais nas instituições de ensino, retomadas pela doutrina tradicionalista que tem o discente como um mero expectador, que não participa da aula, nem tão pouco usa o senso crítico, tornando dessa forma, uma educação desagregada da realidade em que o educando pertence.

Dessa forma, recai sobre o educador a necessidade de despertar a sensibilidade do aluno, chamar sua atenção e conseqüentemente estimular a vontade de aprender, através de instrumentos lúdicos que facilitem a aprendizagem, sanando assim as dificuldades elencadas nesse processo. Além de subsidiar o educador com um instrumento mutável e usual para o aprendizado, ressaltando a importância da inserção das atividades lúdicas nas aulas de Educação Física.

Para Ferreira (1988), lúdico significa o que tem o caráter de jogos, brinquedos e divertimentos. Corroborando, Pereira (2007) afirma que é através de atividades lúdicas, os discentes internalizam estruturas sociais como: regras, respeito, socialização entre outros, desenvolvendo a aprendizagem, a criatividade e o saber.

Considerando o real contexto, Pontuschka (2004) assinala que é necessária audácia para construir um ambiente propício à aprendizagem efetiva ao aluno, sendo inteiramente necessária uma reflexão acerca das estratégias utilizadas para o alcance do objetivo proposto. Portanto, assevera:

[...] o modo como o professor percebe a realidade pode se constituir em uma barreira, impedindo-o de ousar e experimentar alternativas pedagógicas, pois pode aceitar a realidade cotidiana de sua escola e de sua sala de aula como natural, ou pode concentrar esforços no intuito de romper com a rotina, buscando meios mais eficientes para atingir seus objetivos e encontrar

soluções para os problemas e conflitos entre os sujeitos sociais (PONTUSCHKA, 2004 p. 189).

A forma como se trabalha com recursos lúdicos pode influenciar no desenvolvimento das aulas, a partir da utilização dos meios de comunicação, vídeos, canções, brincadeiras, jogos etc. As aulas podem ser desenvolvidas sempre de forma a satisfazer o educando, instigando-o e desafiando-o para uma participação concreta, favorecendo o processo de aprendizagem, fazendo deste, mais interessante a cada dia, objetivando a motivação do aluno, e tornando as aulas menos cansativas, estimulando o gosto pela aquisição dos conhecimentos no transcorrer das aulas.

Ao utilizar as atividades lúdicas nas aulas de Educação Física, o educador deve conceber os objetivos elencados, os quais pretende alcançar ao ministrar suas aulas. Nessa perspectiva, Freire (2002 *apud* MARINHO et al., 2007, p. 95) elucida: “as relações entre jogo e educação, jogo e cultura, jogo e sociedade, jogo e processos de desenvolvimento da criança, jogo e vida são tecidas juntas”. Dessa forma, compreende-se que a ludicidade está inteiramente presente na vida do educando, e são por meio dessas atividades que se pode desenvolver genericamente seu físico, psíquico, motor e o convívio social.

No ensino fundamental, as atividades lúdicas são baseadas em quatro princípios educativos, os quais direcionam verdadeiramente para um ensino contemporâneo. De acordo com Gonzáles (1996 *apud* MURCIA; GARCIA, 2005, p. 145) os quatro princípios se baseiam em: “dosar de significado conteúdos e atividades, ensinar de forma que a aprendizagem faça sentido, ter significado para os praticantes e fomentar a comunicação e a interação em aula”.

Aprender através do lúdico é a maneira mais prazerosa, convicta e moderna de ensinar. Assim, as crianças estarão aprendendo com uma metodologia específica. O brincar é uma forma de cultura. A primeira das formas. A cultura pertence a todos e é por meio dela que as pessoas convivem. A criança por ainda não conhecer todos os meios o qual se brinca, qualquer gesto se transforma numa brincadeira.

Segundo explana Libâneo (2002) “[...] o professor não pode ignorar tecnologias como a televisão, o vídeo, os veículos de informação, de comunicação de aprendizagem e de lazer, porque há muito tempo o professor e o livro didático deixaram de ser únicas fontes de conhecimentos”.

As atividades lúdicas são fontes de trabalho importantes, pois compreendem a ludicidade, utilizado como suporte para o preparo físico e, sobretudo para manter ou

restabelecer a saúde do corpo, favorecendo também o desenvolvimento cognitivo, uma maneira de conceber ideias e informações, fazendo parte interação social como um todo. No Ensino Fundamental o trabalho com a ludicidade suscita formas de interação sem a obrigatoriedade pedagógica do conteúdo, com exceção de algumas premissas.

As práticas pedagógicas que buscam a melhoria da qualidade nas aulas, são diversas, assim como o empenho do educador, uma vez que este é responsável pela adoção de metodologias de ensino com conteúdos próprios, com alternativas viáveis a interação de alunos e professores, respaldando as experiências inerentes a suas vivências sociais, devendo-se considerar suas singularidades mediante a elaboração dos conteúdos pertinentes à Educação Física Escolar que atenda a perspectiva da EJA CARDOSO, 2001. (Pereira, 2007) nos fala sobre a ludicidade, como uma característica essencial para o desenvolvimento humano. No entanto, Vygotsky (1998), ressalta que a ludicidade e o prazer estão ligados de modo irrepreensível, ou seja, é por meio das experiências lúdicas que os alunos internalizam suas estruturas sociais e desenvolvem suas competências e habilidades psíquicas.

Nessa perspectiva, Santos e Borges (2011, p. 6) ressaltam:

[...] é possível a estimulação e a socialização dos alunos, pois com o lúdico é possível que se trabalhe em pequenos e grandes grupos. Os alunos serão desafiados e estimulados a pensar, desenvolvendo aspectos emocionais, afetivos e cognitivos. Através disso, eles passarão a ser cooperativos e responsáveis. Aprendem a perseguir seus objetivos, a agir de acordo com regras, o raciocínio fica mais rápido e aumenta sua criatividade.

Nessa perspectiva, faz-se necessário circundar a realidade de vida dos envolvidos nesse processo, especialmente no que diz respeito aos resultados positivos nas aulas de Educação Física, mediante a utilização de instrumentos lúdicos, já que a disciplina é construída no cotidiano, sendo válido sondar os conhecimentos prévios de cada um, visando à construção significativa da aprendizagem, deixando transcorrer naturalmente a inserção dos conteúdos, sem preocupar-se com concepções pré-definidas.

É fundamental conhecer os elementos que envolvem os processos relativos a Educação Física escolar, para assim relacioná-los com os assuntos abordados na aula, fazendo uso da prática de exercícios físicos, que possibilitam a imaginação e o crescimento do educando, propiciando a compreensão do conteúdo exposto. Vale ainda ressaltar a relevante contribuição que esta atividade tem para o aprimoramento discente em vários aspectos, propiciando sua inserção no espaço como sujeito, e vivenciando a realidade das transformações feitas no meio a que pertence.

Portanto, cabe ao professor saber desenvolver em sua prática pedagógica atividades lúdicas que levem o aluno a ter um bom desempenho em sala de aula, especialmente nas aulas de Educação Física. A ludicidade atribuída às atividades físicas é considerada uma fonte de transformação sob o ato de aprender com prazer, alegria e estímulo, de modo simultâneo, que envolve professor e aluno.

A necessidade de inovações no âmbito educacional é discutida por Vieira e Sá (2007), os quais assinalam:

A aula dinâmica, que tem a participação do aluno como sujeito na construção compartilhada do conhecimento, pode ser bastante produtiva porque o aluno está motivado a buscar as informações e comprometido com as análises para comprovar seus argumentos. É uma aula rica em conteúdo e todos saem com o conhecimento melhorado, porque a cooperação na construção de um saber coletivo motiva todas que dela participam. Não é reprodução, não é “ditação”, não é cópia: é invenção dos autores (VIEIRA; SÁ, 2007, p. 102).

Nesse aspecto, a linguagem corporal tem um poder transformador e contribui inteiramente para o desenvolvimento da inteligência humana, é uma atividade lúdica que proporciona ao sujeito um aprendizado aprazível, formando um ser analítico e inovador. Através do lúdico, a realidade e o faz de conta se confundem, pois, ao trabalhar com atividades lúdicas o processo de ensino e aprendizagem se torna mais prazeroso e estimulante, permitindo o desenvolvimento do educando e sua relação com o professor.

Jogos, dinâmicas e brincadeiras, como recursos didáticos, proporcionam ao aluno um maior e melhor desempenho na aprendizagem, pois compreende uma forma de comunicação, tornando a aprendizagem mais atrativa e prazerosa.

A educação lúdica, na sua essência, além de contribuir e influenciar na formação da criança e do adolescente, possibilitando um crescimento sadio, um enriquecimento permanente, integra-se ao mais alto espírito de uma prática democrática enquanto investe em uma produção séria do conhecimento. A sua prática exige a participação franca, criativa, livre, crítica, promovendo a interação social e tendo em vista o forte compromisso de transformação e modificação do meio (ALMEIDA, 1998, p.41).

Conforme o exposto, o educador possibilita ao aluno a construção de novos conhecimentos através dos exercícios propostos para a aula de Educação física, sendo capaz de produzir e ofertar soluções a problemas impostos neste âmbito, utilizando o lúdico como meio motivador para a percepção e a construção do raciocínio de forma diferenciada.

Contudo, o professor precisa atentar-se ao elaborar atividades lúdicas, apresentando ao aluno a maneira diferenciada de se estudar, sendo ele a ponte que conduzirá o lúdico aos alunos.

Para Luckesi (2004), a ludicidade se difunde para além da ideia de lazer restrito às experiências externas. Assim,

[...] quando estamos definindo ludicidade como um estado de consciência, onde se dá uma experiência em estado de plenitude, não estamos falando, em si das atividades objetivas que podem ser descritas sociológica e culturalmente como atividade lúdica, como jogos ou coisas semelhantes. Estamos, sim, falando do estado interno do sujeito que vivencia a experiência lúdica. Mesmo quando o sujeito está vivenciando essa experiência com outros, a ludicidade é interna; a partilha e a convivência poderão oferecer-lhe, e certamente oferecem sensações do prazer da convivência, mas, ainda assim, essa sensação é interna de cada um, ainda que o grupo possa harmonizar-se nessa sensação comum; porém um grupo, como grupo, não sente, mas soma e engloba um sentimento que se torna comum; porém, em última instância, quem sente é o Sujeito (LUCKESI, 2004, p. 18).

A educação realizada por meio da ludicidade facilita a aprendizagem do aluno jovem e adulto. Enquanto se cria um movimento corporal e o apresenta aos demais envolvidos nesse processo, o sujeito é instigado a recriar definições cotidianas, entendendo a realidade, e sanando eventuais dificuldades, desenvolvendo satisfatoriamente sua identidade e autonomia.

Conforme Silva (2014), o lúdico como método instrutivo facilita a expressão e criação. Através dessa ferramenta pedagógica, o educando aprende de forma passiva e prazerosa, além de facilitar o seu desenvolvimento cognitivo no ambiente escolar. Portanto, é papel do professor ser um mediador, pois este estimula a aprendizagem dos alunos por intermédio da ludicidade no cenário educativo.

3.4 A SISTEMATIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EJA NUMA PERSPECTIVA PEDAGÓGICA

A aprendizagem é fator de aprimoramento da espécie humana. Por isso devemos vê-la como veículo de extrema importância para nosso bem-estar físico, mental e social. Logo, qualquer alteração no seu processo de aprendizagem interferirá na sua qualidade de vida.

Segundo Parisi (1979), a aprendizagem é o ato de adquirir conhecimentos e ter habilidades para desenvolver o que se aprendeu. Dessa forma, constitui um processo de integração e de adaptação do indivíduo ao meio em que vive, acarretando, dessa maneira, mudança de comportamento.

Percebe-se em nosso dia-a-dia que essa colocação é real, visto que uma pessoa que tem conhecimento amplia suas possibilidades de escolha e aprimora suas qualidades. Portanto, saber que as dificuldades de aprendizagem estão ligadas, a algum problema nestas estruturas que possam impedir o bom desenvolvimento da inteligência.

A aprendizagem é processo dinâmico no qual a questão do vínculo (como circula o conhecimento), entre aprendente e ensinante tem que ser levada em consideração, para se entender todo o processo da busca de conhecimento. (GIANCATERINO 2007).

A aprendizagem é primordial para nosso desenvolvimento. Fernández (1991) diz que, no processo de aprendizagem estão implicados quatro níveis de elaboração do saber: organismo, corpo, inteligência e desejo. A aprendizagem ocorre na medida em que todos esses níveis estejam em sintonia. Nota-se a necessidade de harmonia entre esses elementos para que a aprendizagem ocorra de maneira adequada.

Assim, Pérez Gómez (2000) ressalta que a função do professor é mediar o a concepção do contexto de compreensão comum através do processo de construção dialética contido no espaço de conhecimento compartilhado que se dá pela interação, no ambiente escolar, além das suas próprias representações, oportunizando o saber consolidado, o qual os aprendizes são capazes de desenvolver e assim promover o enriquecimento mútuo que floresce nesse cenário educador. Para que haja efetivamente uma relação harmônica faz-se necessário a realização de trocas simbólicas e culturais em que a aula possa se transformar e provocar reflexão sobre as próprias transições e suas conseqüências para que ocorra verdadeiramente o conhecimento e para a ação educativa.

Um dos fatores essenciais à construção do conhecimento é a vida em sociedade, pois tanto a inteligência quanto a interação como o meio permite ao indivíduo construir noções sobre os objetivos, as pessoas e as situações, conferindo-lhes atributos, qualidades e valores e, para aprender e pensar socialmente, é necessário à orientação do professor e de todo o corpo escolar reforçando assim uma ideia de sociedade em busca de mais conhecimento. A aprendizagem ocorre quando o conhecimento se torna significativo para o sujeito. O ato de aprender envolve, portanto, aspectos afetivos, cognoscitivos e socioculturais (PÉREZ GÓMEZ, 2000).

Nesse contexto, a Educação Física escolar, tem a aprendizagem como um fator de aprimoramento da espécie humana, na qual devemos compreendê-la como vínculo de extrema importância para o bem-estar físico, mental e social, quanto função integradora, estando relacionados os desenvolvimentos psicológicos das pessoas à realidade. Atualmente, a visão da aprendizagem na EJA se apresenta de maneira mais ampla e se faz necessário analisar

vários fatores contribuintes e não contribuintes para que esse processo ocorra de forma significativa. Nesse sentido, a Educação Física nasce como um campo de conhecimento que tem por objeto de estudo o ser múltiplo, em um processo de construção do conhecimento, e por ser consciente, identifica e clarifica os obstáculos que impedem que esta construção se faça, para assim reconstruir, integrar e expandir sua capacidade de síntese e sua autonomia.

Em um tempo de desenvolvimento em que se compartilham conhecimentos, o papel do professor de Educação Física, especialmente na EJA, é o de proporcionar aos alunos o conhecimento da cultura do movimento humano, associando a diversos contextos e peculiaridades, servindo como um estímulo auxiliar, pois propicia condições para o sucesso do educando em consonância com os novos conhecimentos que poderão ser construídos ao conhecerem e experimentarem as possibilidades que o movimento lhes oferece no transcorrer das aulas ministradas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou analisar a aplicação da Educação Física Escolar na EJA com base na legislação brasileira inerente a esta modalidade de ensino. O presente trabalho propiciou a identificação de alguns aspectos relevantes para o processo de ensino e aprendizagem de Educação Física na Educação de Jovens e Adultos.

Os objetivos propostos conseguiram resultados positivos uma vez que a verificação da visão discente foi realizada a fim de que, evidentemente, a escola possa trabalhar para o aperfeiçoamento educativo.

O estudo procurou apontar um novo entendimento sobre a prática de ensino da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos, que mais do que qualquer atitude, busca sanar as dificuldades que se constitui a partir das demandas educativas, das concepções de ensino e aprendizagem e das atividades propostas.

especial da EJA, e da experiência com essa modalidade, chegou-se à conclusão que ainda é possível modificar a concepção de Educação. É preciso que na prática do professor,

gestão escolar e políticas públicas fazer uma reflexão para que o primeiro passo seja dado em busca de uma educação de qualidade.

É fundamental que haja uma profunda transformação no ensino público, na EJA, no sentido de se inserir na escola uma nova maneira de encarar o ensino e a aprendizagem; de rever a escola como espaço democrático de reflexão, de diálogo e de cooperação entre os atores do fazer pedagógico: educador e educando.

No entanto, fez-se necessário entender que mesmo com as dificuldades de ensino e aprendizagem, concebidas no contexto educacional, por um curso que envolve diversas esferas, o educador, ainda, exerce a função mais importante nesse processo, considerando-o como sujeito capaz de ruminar criticamente mediante a realidade existente, gerando mecanismos a fim de transformá-la.

Assim, se faz necessário que os professores tornem-se conhecedores da teoria que abarca sua prática profissional diante desse público, conscientes de seu papel, atuantes ativos no intuito de intervir sobre as necessidades de aprendizagem dos discentes, e do valor de seu trabalho para então poder fazer uma atuação diferente que incite os alunos ao interesse de conhecer as principais finalidades da disciplina, não apenas como meio de entretenimento, mas como fator relevante para a construção do conhecimento dentro do contexto vivenciado, além de conduzir as estratégias de enfrentamento dos problemas, a partir da educação escolar e da prática pedagógica inovadora. Com base nisso o lúdico busca despertar a atenção e o conhecimento do educando nas aulas de educação física dentro na educação de jovens e adultos Retratar uma nova concepção sobre a Educação Física, que mais do que qualquer atitude desenfreada, constitui-se a partir das demandas educativas, das concepções de ensino e aprendizagem e das atividades propostas. Nessa perspectiva, é preciso evidenciar os fatos que não podem deixar de ser vistos pela ótica educacional e que tanto tem a contribuir para o sucesso dos alunos, evitando assim o fracasso escolar e eliminando as dificuldades que ocorrem no processo ensino aprendizagem.

Na EJA, surge a necessidade de vivenciar um processo educativo mais eficaz, objetivando não correr o risco de apenas medir o comportamento do aluno, mas, especialmente observar as mudanças qualitativas na construção de sua aprendizagem.

É importante ainda considerar que, como em toda pesquisa, que esta revelou apenas alguns aspectos delimitados pela temática, pois a relação da prática docente aplicada nas aulas de Educação Física, as abordagens de ensino e as diversas interações ocorridas no ambiente escolar vão muito além das questões aqui analisadas, isso acontece principalmente, devido às

constantes e aceleradas modificações que ocorrem na sociedade e refletem no contexto educacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação lúdica**. São Paulo: Loyola, 1998.

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. *Caderno CEDES*, ano XIX, nº 48, p.69-89, agosto 2003. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2822_1255.pdf. Acesso em: 05 Abr. 2017.

BRASIL. **Leis e Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394/96, 20 dez. 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física**. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação física / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. Lei nº 9.394/95, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos. Parecer nº 11 e Resolução nº 1/2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Fundamental**. Brasília, 1998.

BRASIL. Proposta Curricular para o 2º segmento da EJA. Brasília, 2001.

CASTELANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: A história que não se conta**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1988.

CASTELANI FILHO, Lino. et al. Metodologia do ensino de educação física. São Paulo: Cortez, 2009.

CELIA, Regina. **Curso de didática geral**. 7 ed. São Paulo: Ática, 2003.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FREIRE, Madalena. **Educador educa a dor**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 28 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIANCATERINO, Roberto. **Escola, professor, aluno: Os participantes do processo educacional**. São Paulo: madros, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, M. C. et al. **Aprendendo a Educação Física**. Curitiba: Bolsa Nacional do Livro, 2002.

GUIMARÃES, Ana Archangelo et al. **Educação Física Escolar: Atitudes e Valores**. *Motriz* Jan-Jun 2001, Vol. 7, n.1, pp. 17-22. <http://oglobo.globo.com/educacao/professor-ainda-pior-salario-4954397#ixzz2BHAuoCDa>. Acesso em: 06 Abr. 2016.

LIBÂNEO, J. C. Adeus professor, adeus professora? – novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2002.

LUCKESI, Cipriano. **Estados de consciência e atividades lúdicas**. In: PORTO, Bernadete (Org.). Educação e ludicidade. Salvador: UFBA, 2004.

MARINHO, H. R. B. et al. **Pedagogia do movimento: o universo da ludicidade e psicomotricidade**. 2. ed. Curitiba: Ibex, 2008.

MARTINS, R. O **Reforço como estratégia educativa**. Universidade de Évora – Centro de Competência TIC, Portugal, jan.2000. Disponível em: <<http://www.minerca.uevora.pt/publicar/nees/reforco.htm>>. Acesso em: 06 mai. 2017.

MATOS, Socorro Lopes, VIEIRA, Sofia Lerche. Pesquisa educacional: o prazer de conhecer. 2. ed. **rev. atual** – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (org) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1994.

MORAES, Rosimeire de; TOLEDO, Zuleica C. Leite de. **Metodologia Crítico Superadora: Embasamento para documento orientador do Paraná.** In: *IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-EDUCERE.9.2009.* Curitiba-PR.

MURCIA, J. A. M. **Aprendizagem através do jogo.** In: MURCIA, J. A. M.; GARCIA, P. L. R. (Org). *Do jogo ao esporte.* Porto Alegre: Artmed, 2005. Tradução: Valério Campos. (p. 139-156).

OLIVEIRA, M. K. **Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem.** In: RIBEIRO, V. M. **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras.** Campinas: Mercado das Letras: ALB/São Paulo: Ação Educativa, 2001.

PARISI, M. **Trabalho dirigido de psicologia.** São Paulo: Saraiva, 1979.

PEREIRA, P. G. **Reflexões sobre o uso de música na sala de aula de LE: as crenças e a prática de dois professores de inglês.** 2007. 147 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. **A aprendizagem escolar: da didática operatória à reconstrução da cultura na sala de aula.** In: SACRISTÁN, J. G.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. *Compreender e transformar o ensino.* 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PONTUSCHKA, N. N. **Fundamentos para um projeto interdisciplinar: supletivo profissionalizante.** In: PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de. (org.). *Geografia e perspectiva: ensino e pesquisa.* São Paulo: Contexto, 2004.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira.; MARIN, Alda. Junqueira. **Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas escolares.** In *Educação e Sociedade.* V. 25, nº 89, 2004.

SANTOS, Leina Leal; BORGES, Marúcia Carla D'A Fonseca Santos. **Utilização do lúdico no processo ensino-aprendizagem.** In: Encontro regional povos do cerrado, VI. 2011, Pirapora. *Anais...* Pirapora: Junho, 2011. Disponível em CD-ROM.

SILVA, Maria Fatima Paiva; DAMAZIO, Silva Márcia Silva. O ensino da educação física e o espaço físico em questão. **Revista pensar a prática.** v. 11, n. 2 (2008). Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/3590/4066>. Acesso em: 12 mai. 2017.

SOMARIVA, João Fabrício Guimara; VASCONCELLOS; Diego Itibere Cunha; JESUS, Thuiane Vieira de. As dificuldades enfrentadas pelos professores de educação física das escolas públicas do município de Braço do Norte. V SIMFOP- SIMPÓSIO SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES. *Anais...*, Santa Catarina: Campos Universitário de Tubarão, 2013.

TOKUYOCHI, Jorge Hideo et al. Retrato dos professores de Educação Física das escolas estaduais do estado de São Paulo. *Revista Motriz*, Rio Claro, v.14, n.4, p.418-428, out./dez. 2008.

VIEIRA, C. E. & SÁ, M. G. **Recursos didáticos: do quadro-negro ao projetor, o que muda?** In: PASSINI, E. Y. *Prática de Ensino de Geografia e Estágio Supervisionado*. São Paulo: Contexto, 2007.p. 101-116.

WEIGEL, A. M. G. **Brincando de música**. Porto Alegre: Kuarup, 1988.